FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 31/08/2024 - 05:59

Governo depende de R$ 166 bi extra para 2025

Governo prevê R$ 166 bi em receitas extras para fechar Orçamento de 2025

Maior parte dos recursos, necessários para déficit zero, carrega componente de incerteza

Adriana Fernandes
e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entregou ao Congresso nesta sexta-feira (30) a sua proposta de Orçamento para 2025 com a previsão de uma receita extra de R$ 166 bilhões.

A previsão de alta de arrecadação foi necessária para fechar o Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) com o déficit zero estabelecido como meta fiscal para o ano que vem. O resultado é obtido pela diferença entre receitas e despesas, excluídos os juros da dívida pública.

Do lado dos gastos, o governo previu um corte de R$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias, a ser alcançado via revisão de benefícios sociais.

Com o Congresso vazio, não houve a tradicional e simbólica entrega da proposta pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O projeto foi protocolado às 20h46. O detalhamento da principal peça de política econômica do Brasil, que costuma ser feito no mesmo dia da entrega, ficou para segunda (2).

A maior parte das receitas extras previstas na proposta carrega uma componente de incerteza, ou porque ainda dependem de aprovação do Congresso, ou porque já foram adotadas neste ano, mas não performaram como previsto inicialmente pela Fazenda.

Como o cortes de gastos em 2025 já havia sido anunciado, a grande expectativa dos analistas está concentrada justamente nas medidas de receita, para medir o risco de o governo propor, no futuro, uma mudança na meta fiscal em razão de uma grande frustração da arrecadação.

Para reforçar o caixa, o governo encaminhou junto com o Orçamento um projeto de lei que eleva tributos sobre o lucro das empresas (leia à pág. 2). A estimativa é obter uma arrecadação adicional de R$ 21 bilhões em 2025, dos quais R$ 18 bilhões entram nos cofres do Tesouro Nacional e R$ 3 bilhões serão divididos com estados e municípios.

O projeto aumenta as alíquotas da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de 1º de janeiro a 31 dezembro de 2025 para as empresas em geral, bancos e seguradoras.

As instituições financeiras terão um aumento maior. Pelo projeto, a alíquota dos bancos CSLL subirá dois pontos percentuais, de 20% para 22%.

As demais empresas terão a alíquota majorada em um ponto percentual, de 9% para 10%. A taxação sobre as empresas de seguros privados e capitalização de 15% para 16%.

O projeto também aumenta para 20% a alíquota do JCP (Juros sobre Capital Próprio). O JCP é uma forma alternativa de uma empresa remunerar seus acionistas recolhendo menos tributos. Os valores distribuídos hoje pagam uma alíquota de 15% de IR.

O aumento da CSLL e do imposto sobre o JCP foi antecipado pela **Folha** e confirmado por Haddad.

As medidas já foram rejeitadas pelos senadores, o que indica dificuldades para a sua aprovação pelo Congresso.

O projeto também considera uma arrecadação de R$ 30 bilhões com um novo modelo de transação tributária, lançado nesta sexta para tentar acabar com litígios que envolvem R$ 700 bilhões devidos pelas dez maiores empresas do país.

Após um acordo desse tipo considerado bem-sucedido com a Petrobras e outras petrolíferas, essas grandes empresas manifestaram à Fazenda interesse em aderir a uma transação tributária com descontos.

Outros R$ 28,5 bilhões entraram na conta com a expectativa de uma performance melhor da negociação especial para contribuintes derrotados pelo voto de desempate nos julgamentos do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

Principal medida de arrecadação para 2024, ela teve baixa adesão até agora. Mas a Receita Federal avalia que resultados melhores vão começar a aparecer no ano que vem.

O governo também pôs na conta a expectativa de arrecadar R$ 20 bilhões a mais como efeito da Dirbi (Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária), declaração eletrônica que as empresas precisam agora enviar à Receita.

A empresa que usufrui de incentivo tributário precisa apresentar a declaração. Com base em dados preliminares da Dirbi, a Receita calcula que empresas que antes se aproveitavam indevidamente dos benefícios agora terão mais dificuldade em driblar a fiscalização. O fechamento dessas brechas, na avaliação da Fazenda, levará ao registro e pagamento de valores maiores.

Além de ser a medida com maior potencial de ser questionada pelos especialistas em contas públicas, a Dirbi precisará do aval do Congresso.

O governo ainda conta R$ 10 bilhões em outorgas a serem negociadas pelo Ministério dos Transportes com concessionárias. A pasta negocia a repactuação de contratos com empresas com a previsão de pagamento de valores adicionais à União. Essa, porém, também é uma medida que frustrou estimativas iniciais em 2024.

O Executivo ainda espera arrecadar R$ 33,8 bilhões com o recebimento de dividendos ordinários pagos por empresas estatais, entre elas Petrobras, Banco do Brasil, Caixa e BNDES. Não foi projetado o repasse de dividendos extraordinários, que em 2024 geraram polêmica na Petrobras.

Salário mínimo é estimado em R$ 1.509, aumento de 6,87%

O governo prevê no Ploa (projeto de Lei Orçamentária Anual) um salário mínimo de R$ 1.509 em 2025. Se confirmado, o valor representará alta de 6,87% ante o piso atual (R$ 1.412). O valor é R$ 7 maior que estimativa anterior, enviada com o PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025, em 15 de abril.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad; com o Congresso vazio, não houve a tradicional entrega da proposta de Orçamento aos presidentes do Senado e da Câmara Pablo Porciuncula - 26.jun.24/AFP

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.